

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/11/2014 a 30/11/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Corpo de liderança Kaiowá é encontrado às margens de rodovia no MS – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 03/11/2014.....	3
Comissão Mista do Congresso rejeita ampliar caracterização de trabalho escravo para fins de desapropriação – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/11/2014	4
Padre Marcos é ameaçado por fazendeiro por denunciar trabalho escravo em Grajaú do Maranhão – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/11/2014	5
Brasil x EUA, na agricultura. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 21/11/2014.....	6
MST ocupa fazenda em protesto contra possível ida de Kátia Abreu para a Agricultura. Redação – Site da Carta Capital, Sociedade. 23/11/2014	8
De hoje em diante. Janio de Freitas – Folha de São Paulo, Colunistas. 25/11/2014	8
Governo Federal lança Selo Indígenas do Brasil. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2014	10
Ministro da Agricultura diz nãoacreditar na participação de irmãos em esquema. Nivaldo Souza e Fábio Frabrini – O Estado de São Paulo, Política. 27/11/2014.....	11

Corpo de liderança Kaiowá é encontrado às margens de rodovia no MS – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 03/11/2014

Marinalva Manoel, de 27 anos, foi encontrada morta na manhã desse último sábado (1º) às margens da BR-163, nas imediações de Dourados, Mato Grosso do Sul. A liderança foi assassinada com pelo menos 35 facadas. "Os golpes acertaram a jovem nas regiões do tórax, pescoço, rosto e mão esquerda", afirma o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

(Fonte: Cimi)

“Pedimos urgência em nossa segurança doutor, porque não sabemos se amanhã estaremos aqui para fazer este pedido de novo. Vai que estejamos numa vala, num buraco, e ai como é que fica. Assim vivemos doutor, sem saber até quando vamos viver” - fala de Daniel Vasques, liderança Kaiowá, em reunião realizada em Brasília com Funai e Ministério da Justiça no dia 15 de outubro de 2014.

O corpo da jovem liderança Kaiowá Marinalva Manoel, de apenas 27 anos, foi encontrado na manhã de sábado, dia 01 de novembro, às margens da rodovia BR-163, nas imediações de Dourados, Mato Grosso do Sul. A morte da jovem atribuiu peso de “destino premeditado” às palavras proferidas por Daniel Vasques a representantes da Funai e Ministério da Justiça em reunião realizada no último dia 15 de outubro em Brasília, ocasião em que Marinalva encontrava-se presente.

Importante liderança na luta pela demarcação da Terra Indígena de Ñu Verá e integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowá da AtyGuasu, a jovem compôs a comitiva que a cerca de 15 dias atrás esteve em Brasília para manifestar repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a anulação do processo de demarcação da Terra Indígena Guyraroká. Durante a semana que estiveram na Capital Federal, os indígenas denunciaram a relação diretamente proporcional que existe entre a tomada de posições que geram retrocessos aos direitos constitucionais dos povos indígenas nas esferas legislativa, executiva e judiciária e o aumento da violência direta e indireta praticada pelos fazendeiros contra as terras dos povos originários.

Morte brutal e nada casual

A brutalidade do assassinato deixou no corpo de Marinalva as marcas de 35 facadas que foram desferidas contra a indígena. Os golpes acertaram a jovem nas regiões do tórax, pescoço, rosto e mão esquerda. Estas últimas sugerem que a indígena tentou se defender do ataque. Uma vez que o corpo da indígena foi encontrado nu, seu cadáver foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) com o intuito de que o órgão possa comprovar também se houve abuso sexual. O caso será investigado pela 2ª Delegacia de Polícia de Dourados.

O Conselho da AtyGuasu emitiu uma carta direcionada ao Ministério Público Federal (MPF) em Dourados e à 6ª Câmara do MPF em Brasília informando da morte da liderança Kaiowá e cobrando providências imediatas em relação ao caso. As demandas sobre a segurança dos Guarani-Kaiowá já foram levadas de forma direta e por diversas vezes até o Ministério da Justiça, mas nenhuma medida foi tomada e os órgãos responsáveis continuam completamente omissos.

Segundo as lideranças da AtyGuasu, em inúmeras assembléias Marinalva, a respeito do que fazem também outros indígenas, vinha relatando o aumento das ameaças e das perseguições que sofria de fazendeiros locais e de pessoas contratadas por eles. Para as lideranças do Conselho, a morte da jovem não se trata, portanto, de um acidente ou uma casualidade, mas é o resultado do silêncio das autoridades em relação a uma morte muitas vezes anunciada.

Sem lugar nem para enterrar os mortos

A causa pela qual Marinalva lutou ao longo de sua vida foi sentida de maneira triste pelos parentes e amigos no momento de sua morte. Vivendo sem terra, a comunidade não tem cemitério tradicional, e o corpo da jovem, que deveria repousar junto à terra pela qual lutava, teve de ser enterrado numa área de banhado. Mal a cova foi aberta, a água tomou conta do leito de descanso improvisado para a jovem guerreira. Lágrimas de tristeza e indignação misturavam-se pelos rostos indígenas enquanto a terra ia cobrindo pouco a pouco o corpo.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta sua solidariedade com o povo Guarani-Kaiowá através da dor partilhada por seus missionários e missionárias com as famílias de Nu Verá. Reafirmamos também o compromisso na luta pela demarcação dos territórios indígenas e pelo acesso dos povos originários a uma vida digna dentro de seus costumes e tradições. Marinalva Manoel vive na luta da AtyGuasu e no caminhar incessante do povo Guarani-Kaiowá. Que seus filhos colham as sementes por ela plantadas em território de Ñu Verá.

Comissão Mista do Congresso rejeita ampliação de caracterização de trabalho escravo para fins de desapropriação – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/11/2014

A Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição aprovou relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre as emendas apresentadas ao projeto que regulamenta a Emenda Constitucional do Trabalho Escravo. O relator rejeitou mudanças na caracterização de trabalho escravo para fins de desapropriação de imóveis rurais e urbanos onde seja comprovada a irregularidade, acatando 29 das 55 emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 432/2013. O texto segue agora para votação no plenário do Senado.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apoiou o texto do relator por entender que o mesmo dará segurança ao produtor rural em relação à eventual aplicação da lei. A aprovação do relatório é um passo adiante na definição legal do que é trabalho escravo já que a votação vinha sendo postergada desde junho, quando foi apresentado na Comissão pedido de vistas coletivo, impedindo o andamento dos trabalhos.

O que emperrou as discussões foi a conceituação do que é trabalho escravo. Vários senadores apresentaram emendas ampliando o alcance das situações que deveriam ser enquadradas como trabalho escravo. Pretendiam incluir nesta definição itens como jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho. O senador Romero Jucá, no entanto, rejeitou as propostas de mudanças. Argumentou que não se pode tratar

irregularidades trabalhistas como trabalho escravo, aplicando à infração e ao crime a mesma punição de expropriação da propriedade.

Critérios para expropriação - Assim, segundo o texto do relator, os imóveis rurais e urbanos onde for constatada a exploração de trabalho escravo, diretamente por seus proprietários, poderão ser expropriados. Neste caso, os imóveis rurais são destinados à reforma agrária e os urbanos, a programas de habitação popular, sem qualquer tipo de indenização e sem que a sentença judicial tenha transitado em julgado.

O senador Romero Jucá definiu quatro situações em que se caracteriza prática análoga ao de trabalho escravo. A primeira deles é submeter o empregado a trabalho forçado, com ameaça de punição, com uso de coação ou com a restrição da liberdade pessoal. A outra situação refere-se ao cerceamento do uso de qualquer meio de transporte pelo trabalhador, com o objetivo de retê-lo no local em que presta serviço.

Configura, ainda, situação de trabalho escravo, a vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador pelo empregador. E, por fim, restringir, por qualquer meio, a locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou seu preposto.

O texto do relator deixa claro que estão sujeitos à expropriação os imóveis onde houver exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário. A modificação tem o objetivo de resguardar, por exemplo, o dono do imóvel alugado em que o locatário é o responsável pela prática.

Padre Marcos é ameaçado por fazendeiro por denunciar trabalho escravo em Grajaú do Maranhão – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/11/2014

O padre missionário italiano Marcos Bassani, que reside no povoado de Alto Brasil e presta serviços à Diocese de Grajaú (MA), foi intimidado com tom de ameaça em sua própria residência após denunciar o trabalho escravo na região em sua coluna no blog Grajaú de Fato. O trabalho escravo é prática criminosa e violadora dos Direitos Humanos, comum no Estado do Maranhão, sobretudo em fazendas.

(CPT Maranhão)

Padre Marcos é missionário no Estado do Maranhão desde 2002, quando chegou ao Brasil para assumir a paróquia de Dom Pedro e a quase paróquia de São José dos Basílios. Nessas localidades, também prestou relevante serviço social em defesa dos marginalizados e oprimidos pelo poder político oligárquico da região e em prol da redução das desigualdades sociais.

Em sua missão profética, o missionário sempre denunciou as situações de desrespeito à dignidade da pessoa humana, que, aliás, é fundamento da República Federativa do Brasil e princípio fundamental universal, que deve ser resguardado, promovido e defendido por qualquer pessoa.

O padre explica que não teve a intenção de caluniar ou difamar ninguém, mas apenas denunciar essa prática atroz, criminosa e mediéfica que ceifa vidas e desconstrói sonhos e esperanças de pessoas que vendem sua força de trabalho para conseguir melhores

condições de vida para si e para a família. Embora a denúncia no blog tenha sido ilustrada com um caso emblemático, não pretendeu desconstruir a reputação de ninguém, nem tampouco imputar fato criminoso a alguém de maneira irresponsável.

Por sentir-se amedrontado com a ameaça que recebeu em sua residência, e reiterada em outro ponto do povoado, registrou Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e espera que tudo se resolva o mais rápido possível da melhor forma.

Brasil x EUA, na agricultura. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 21/11/2014

É difícil encontrar grau de comparação entre as atividades nos dois países

Volto ao tema exposto no livro O Mundo Rural no Brasil do Século 21, que interrompi para preparar ligeiro refogado à beira do fogão. A caracterização de agricultura familiar serve para habilitar milhões de propriedades em programas governamentais de apoio, incentivo e financiamento a taxas favorecidas.

A classificação não é totalmente correta. Lá coexistem iniciativas individuais, arrendamentos, formas associativas não familiares. Alguns pesquisadores fundamentalistas clamam maior segmentação. Trabalhadora que pouco importa. Classificações sempre trazem algum grau de imperfeição.

Quem se lançar em Andanças Capitais constatará que, prioritariamente, ali vivem e trabalham famílias de agricultores em aglutinados e comunidades socialmente integradas. Basta o visitante mostrar boa fé, deixar pra trás a arrogância urbana, e logo será convidado para a missa da santa do lugar, churrasco e chimarrão, bode com baião-de-dois, ou futebol no campinho local.

Áreas com tais características formaram-se em processos autônomos – arrendamentos, aquisições de parcelas, repartição geracional de terras. Pouco foi conduzido pelo governo. Em média, 70 hectares de chão, os extremos variando conforme o valor agregado do que é cultivado.

É importante compreendê-las diferentes do que, no século passado, apelidou-se “agricultura de subsistência”. Antes, exclusivamente, para consumo próprio, hoje em dia também para o mercado.

Voltemos, então, ao artigo da pesquisadora da Embrapa Maria Thereza Macedo Pedroso, em O Mundo Rural no Brasil do Século 21, que compara as experiências em agricultura familiar nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil.

Apesar de reconhecer trajetórias históricas e econômicas diversas, sem nelas se aprofundar, acredita que o estágio tecnológico atual da agricultura brasileira permite igualar tendências e repetir as experiências dos dois blocos concorrentes, para concluir que os segmentos agrários que não atingirem esse padrão estarão em cova rasa econômica.

Verdade. Pero no mucho.

Nos EUA, a maturação tecnológica da agropecuária remonta a meados do século 19, com economia industrializada em amplo crescimento, e apenas surto rápido de constrangimento pós-crise de 1929.

O episódio negativo seguinte, no início da década de 1970, função do petróleo, em nada alterou a hegemonia norte-americana, e o mais recente, em 2007/08, globalização consolidada, pouco interferiu no rural do país. Em nenhum desses períodos o governo deixou de subsidiar e financiar a atividade agropecuária, defendida com unhas e dentes por poderosos lobbies.

Mas e as mudanças estruturais importantes que ocorreram no setor rural dos EUA? Pesadas quedas de população e número de estabelecimentos rurais, duplicação do tamanho médio das áreas, diminuição do trabalho familiar, concentração fundiária?

Bem, estamos falando de uma tendência global, sem dúvida estrutural, validada pela lucratividade obtida com avanços tecnológicos, preços altos das commodities e financeirização da atividade rural, fenômenos ainda não generalizados entre países emergentes e pobres.

Lembre-mos que tais mudanças concentram-se nas culturas de milho, algodão, arroz, soja e trigo, típicas do mercado de commodities.

Tanto isso é verdade que a mudança de perfil nas propriedades norte-americanas ocorre de forma bimodal, com expansão dos extremos em detrimento dos produtores médios: “Em parte, a sobrevivência e expansão das pequenas propriedades podem refletir oportunidades de atividades agrícolas, assim como escolhas de estilos de vida de pessoas que preferem combinar um estilo de vida rural modesto com a produção agrícola ou animal” (MACDONALD et al., 2013, cf. tradução da autora).

Como faz a pesquisadora no livro, relativizo comparações com a agropecuária europeia, dividida entre feudos secularmente subsidiados.

Embora o artigo insista nas semelhanças dos processos, entre EUA e Brasil, percebo, mais uma vez, a agropecuária “vista assim do alto”, em paradigmas verdadeiros para o segmento de grandes produtores brasileiros de commodities, forçando “a lupa” para trazer a agricultura familiar para esse perfil.

O Censo Agropecuário 2006, do IBGE, mostra que o buraco é mais embaixo.

Em 36 anos, o número de estabelecimentos agropecuários cresceu 6% ao ano; a área total 21% ao ano; a propriedade média passou de 60 para 68 hectares.

Nem em poderio econômico ou em profundidade das crises é possível ver qualquer semelhança nos processos norte-americano e brasileiro. Com um adendo: até os primeiros anos do século atual, a nossa agricultura se desenvolveu como atividade menor da economia, e só não quebrou por força dos preços no comércio internacional.

Baseado na coluna de 07/11, “Agricultura familiar não é o mesmo que assentamento sem terra”, estimado leitor questiona como manter a sustentação de famílias em assentamentos, comunidades quilombolas e aldeias indígenas. Olhando-os como

proletários. Não acreditam? Façam Andanças Capitais e voltem aqui na próxima semana. Se eu não mudar de ideia.

MST ocupa fazenda em protesto contra possível ida de Kátia Abreu para a Agricultura. Redação – Site da Carta Capital, Sociedade. 23/11/2014

Indicação da senadora ruralista, presidente da CNA, foi rechaçada por movimentos sociais e setores mais à esquerda do PT

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ocupou, no sábado 22, uma fazenda de cultivo de milho no interior do Rio Grande do Sul em protesto contra a possível nomeação da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) para o Ministério da Agricultura.

A indicação da senadora, presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), foi rechaçada por movimentos sociais e setores mais à esquerda do próprio partido da presidenta Dilma Rousseff, o PT.

Na ação de sábado, cerca de 2 mil membros do MST e outros movimentos camponeses ocuparam a Fazenda Pompilho, à beira da BR 158, que liga a cidade de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, à região oeste de Santa Catarina. Eles participavam de um acampamento internacional dos movimentos agrários no município gaúcho antes de invadirem a fazenda de um ex-prefeito da cidade.

O protesto na propriedade que, segundo o MST, mantém 2 mil hectares de cultivo de milho transgênico, é a primeira manifestação por parte do movimento agrário depois de ter sido divulgada a informação sobre a escolha da senadora como futura ministra da Agricultura no segundo mandato do governo Dilma.

Ruralista, Kátia Abreu é considerada por dirigentes do MST um “símbolo do agronegócio”. “Katia Abreu é símbolo do agronegócio, que tem como lógica a terra para produção de mercadorias, com uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas destruindo os recursos naturais e a saúde dostrabalhadores e de toda a população”, disse Raul Amorim, da coordenação da juventude do MST.

Segundo a organização, a fazenda ocupada foi escolhida pelo uso de sementes transgênicas. O objetivo da ocupação era denunciar o agronegócio que “envenena a terra e contamina a produção dos alimentos e a água”.

No texto de divulgação pelo MST, o protesto foi ironicamente batizado de “Bem-vinda, Kátia Abreu”. Nele ainda, a organização lembra que a ocupação deste sábado na fazenda de Palmeira das Missões é o primeiro de uma série de protestos contra a senadora ruralista.

De hoje em diante. Janio de Freitas – Folha de São Paulo, Colunistas. 25/11/2014

É menos por disciplina do que por perplexidade que a ala do PT chocada com as escolhas de Dilma Rousseff, para a Fazenda e a Agricultura, não exterioriza sua indignação. Mas as sugestões que acarreta são capazes de fazer ouvir, dito por voz de

alta hierarquia, o desejo até de oposição frontal e total à política econômica do futuro governo.

Nem por isso é o caso de esperar reação extremada do PT, tanto mais que a tendência prevista de Lula é a de apaziguamento. Mas também há outra tendência, esta para mais adiante. É que o sentimento de haver sido traído incide com força, não sobre a militância petista em geral, voltada para questões cotidianas. Recai em integrantes influentes no partido e, para efeito maior dos ressentimentos, nas bancadas petistas da Câmara e do Senado. Nessas circunstâncias, a boa vontade e o espírito de luta enfraquecem. Ou se esvaem mesmo.

No PMDB, a noticiada entrega da Agricultura à líder do agronegócio, senadora Kátia Abreu, peemedebista por conveniência recente, obedece ao maneirismo típico do partido: "Calma, vamos aguardar as negociações para composição do ministério e ver o que nos caberá como integrantes do governo". O problema para Dilma é que o PMDB não espera pouco, ciente do papel maior que terá, no segundo mandato, com a menor dimensão das bancadas governistas na Câmara. O PMDB dá o vice-presidente, mas foi mais ignorado, ao serem escolhidas as primeiras indicações ministeriais, até do que o PSDB relacionado com Joaquim Levy.

O GESTO

A ameaça maior para componentes ainda não surgidos na corrupção da Petrobras não é Fernando Soares, ou Fernando Baiano. É Pedro Barusco, que já esclareceu, com toda a franqueza, receber comissão ou fazer extorsão na estatal desde 1996. Disse aos interrogadores muito mais do que era esperado. Portador de doença grave, em estado avançado, Barusco é temido pela possibilidade de que decida pelo grande gesto, por uma limpeza completa na Petrobras.

BENEFÍCIO

Advogado no caso Petrobras, Alberto Toron abordou questões importantes na entrevista a Mario Cesar Carvalho (Folha, 24.11). Uma delas, a proibição, pelo juiz Sérgio Moro, de que os delatores e depoentes citem políticos que receberam dinheiro ilegal. Toron diz que assim o juiz mantém o processo em sua Vara, sem risco de passá-lo à competência do Supremo. E argumenta: "Não se pode impedir a pessoa de mencionar quem está no circuito do crime".

A omissão pode resultar em um privilégio para o político não citado nesses depoimentos. Nada assegura que, já desfrutando da delação premiada ou do fim das suas inquirições, os sabedores do comprometimento de políticos os venham citar. Em princípio, não teriam vantagem alguma em fazê-lo. Melhor para os políticos.

ENDEREÇO

Por falar em Supremo, há pelo menos dois motivos para tornar conveniente um esclarecimento do ministro Luís Roberto Barroso à anulação, que fez, da licença dada a José Dirceu para tratar em São Paulo de assuntos pessoais. Já lembrado pelo advogado José Luis de Oliveira Lima, o ministro tornara pública a transferência, para o juiz da Vara de Execuções Penais, das decisões sobre o cumprimento das penas de réus na Ação 470. Foi o juiz de tal Vara quem concedeu a autorização.

Além disso, se a veloz reação do ministro Barroso deveu-se a não ser comunicado da autorização, e supondo-se a necessidade (duvidosa) de tal comunicação, a represália poderia ser ao juiz, talvez por uma advertência. Não a quem recebeu a autorização e está em regime que permite recebê-la.

Governo Federal lança Selo Indígenas do Brasil. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2014

Promover a identificação étnica e territorial de produtos indígenas é o objetivo do Selo Indígenas do Brasil. A portaria interministerial que institui a identificação visual foi assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, durante a abertura do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, nesta terça-feira (25), em Brasília.

Segundo Rossetto, havia grande expectativa das comunidades tradicionais em torno da criação da identidade. “O selo, a exemplo do selo quilombola e do selo da agricultura familiar, cria um espaço da identidade produtiva e valoriza o trabalho realizado pelas nossas comunidades, estimulando a produção sustentável nos nossos territórios indígenas”, afirmou.

A cerimônia de abertura contou com a participação das ministras do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, Gilberto Carvalho.

O encontro

Cerca de 300 lideranças de povos e comunidades tradicionais das cinco regiões do país estão participando do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Os objetivos são de avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com ênfase ao acesso aos territórios e regularização fundiária, e construir uma proposta de reestruturação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

“Esse é o momento da reunião todos os segmentos de povos e comunidades do Brasil, onde será feito um balanço da política nacional de desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades tradicionais. É um momento para avaliar as fragilidades, os avanços e as perspectivas para essas comunidades”, explica o coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

As mesas e trabalhos em grupo, que ocorrerão até o dia 28 de novembro, serão pautados pelos encontros anteriores. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também contribuirão com o debate participando das mesas.

Ministro da Agricultura diz não acreditar na participação de irmãos em esquema. Nivaldo Souza e Fábio Frabrini – O Estado de São Paulo, Política. 27/11/2014

Brasília - O Ministério da Agricultura sustenta que o ministro Neri Geller (PMDB-MT) não está envolvido no esquema de aquisição ilegal de terras da União, destinadas à reforma agrária.

Em nota, a pasta disse que ele “lamenta a presença de familiares entre os investigados e diz não acreditar na participação dos mesmos em qualquer irregularidade.”

Referindo-se aos irmãos, o ministro negou, ainda, ter “associação jurídica ou outro tipo de sociedade com os envolvidos no processo”. O advogado Edy Piccini, que representa Milton e Odair Geller, disse nesta quinta-feira, 27, que estava viajando a Cuiabá para se inteirar das acusações. Só “depois” poderia falar a respeito, o que não aconteceu até a conclusão desta edição.

Ex-deputado federal, o ministro foi secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e ascendeu ao cargo em março, com assessoria de Antônio Andrade (PMDB-MG), que deixou a pasta para concorrer a vice-governador de Minas nas eleições deste ano. Ele não deve ser mantido após a reforma ministerial para o segundo mandato da presidente Dilma.

Geller soube da prisão dos dois irmãos ao retornar de uma viagem aos Emirados Árabes, onde representou o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), na inauguração de uma fábrica da BR Foods. A família do ministro é assentada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no município de Nova Mutum, no oeste de Mato Grosso. Os Geller produzem soja na região.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, afirmou nesta quinta ao Estado que o ministério está colaborando com a operação. “O Incra tem prestado todo o auxílio técnico à Polícia Federal”, disse. O Incra informou que vai afastar os servidores envolvidos.

Segundo o ministro, o Incra já tem ajuizadas ações para recuperar terras ocupadas ilegalmente. Rossetto não falou das suspeitas contra os irmãos do ministro. Eles tiveram prisão decretada pela Justiça por suposto envolvimento no esquema. “Soube da operação à tarde”, declarou. Os dois são proprietários de terras e teriam se beneficiado do esquema ilegal, conforme investigação da Operação Terra Prometida.

Conforme a PF, 35 pessoas foram presas nesta quinta-feira. Do total, nove foram presas porque no cumprimento de mandados de busca e apreensão a PF encontrou porte ilegal de armas. O advogado dos irmãos do ministro, o criminalista Edy Wilson Piccini, afirmou ao Estado que estava se deslocando para Cuiabá para saber quais são as acusações contra seus clientes.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa